

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DO IPREVSAPP DE 2023**

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI-RN.**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na sede do IPREVSAPP, situado a rua Potengi, 20, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aconteceu a quarta reunião ordinária do conselho fiscal em conjunto com o conselho deliberativo do Instituto Previdenciário de São Paulo do Potengi-RN. Do Conselho Fiscal, estavam presentes os conselheiros: Evandro Estevão de Freitas (presidente) e Laura de Fatima Campos de Oliveira (suplente). E do Conselho Deliberativo participaram a Sra. Francisca Aparecida da Silva Bezerra (Presidente), Rafael Batista de Souza (titulares) e Josefa Josenilde de Oliveira (suplente). Também contamos com a presença dos servidores do IPREVSAPP, Genilson Oliveira (Diretor-Presidente) e Paulo Araújo (Gerente Administrativo e Financeiro). O presidente do Conselho verificou o quórum regimentar e em seguida cumprimentaram a todos conselheiros presentes dando boas-vindas. Prosseguindo, passou o expediente do dia providenciando da convocação da reunião que ocorre, bem como informa previamente a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA I:

- PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL E RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS;

O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, apresentou aos conselheiros os extratos mensais das contas do IPREVSAPP, e detalhou todas as receitas e despesas, desde a conta principal (do recolhimento dos servidores e patronal), conta do pagamento dos aposentados e conta da taxa administrativa, além do relatório de investimentos. Iniciou a apresentação com o demonstrativo do relatório de investimentos, referente ao mês de julho, na qual constava um saldo de **R\$ 4.122.655,88**, sendo esse valor correspondente as aplicações financeiras feitas no período, seguindo, foi apresentado o extrato da **conta principal (30020-9)** onde pontuou detalhadamente todas as entradas e saídas, informando ainda as primeiras entradas foram dos reinvestimentos, que havia sido debatido na última reunião onde o



representante da assessoria de investimento conversou com todos da importância de uma nova estratégia de alocação dos recursos e que ficou aprovado por todos os presentes. O Diretor-presidente falou sobre a entrada dos recolhimentos, que por hora, o IPREVSAPP só tinha recebido os valores do repasse do servidor, ficando novamente o patronal em atraso. Informou também que não houve entrada da segunda parcela do novo parcelamento de R\$ 55.000, o motivo dado pela Prefeitura para o não pagamento deste mês foi um débito que estava em aberto no valor de mais de R\$ 40.000,00 que foi constatado pelo Auditor Fiscal que realizou a auditoria no nosso Instituto, e que a guia precisava ser paga com uma certa urgência e a Secretaria de Finanças optou pela quitação deste débito e deixando em atraso a segunda parcela deste novo parcelamento. O Sr. Genilson ainda reforçou que tudo que é pago, é prestado conta ao Ministério da Previdência e que nada passa por despercebido por eles e que mesmo que não aconteça o pagamento, em algum momento eles irão cobrar, acrescentando juros e multa. O Sr. Evandro perguntou quantos parcelamentos existe hoje na previdência. O Sr. Paulo Araújo, informou que atualmente temos três parcelamentos, sendo 1 menor de aproximadamente R\$ 6.000,00 (parcelado em 240 meses), um de R\$ 17.000,00 (parcelado em 60 meses) e esse novo de mais de R\$ 55.000,00 (parcelado em 60 meses). O Sr. Rafael Batista falou que estamos em uma situação um pouco preocupante e que em um curso que participou, lembra por alto que em conversa com um membro da diretoria da Previdência de São Gonçalo, ele relatou que o Executivo precisa ter em torno de 9 ativos para 1 inativo, e que se fosse realizado um concurso público, com toda certeza melhoria muito a renda da previdência, principalmente se esse concurso fosse para área da educação, pois o FUNDEB tem um bom recurso para cobrir esses custos. Falou também que hoje, os aposentados e pensionistas também não contribuem e que caso voltassem a contribuir, mesmo não sendo uma parcela grande, mas já ajudaria bastante a previdência. A Sra. Francisca Aparecida pediu a palavra e diz que isso é relativo e que há dois pesos e duas medidas, diz que concorda em partes com o Sr. Rafael, que temos sim que pensar nos ativos e inativos, mas que hoje, devido aos recursos que estão entrando já está sendo um pouco apertado para o município quitar as folhas dos ativos, e que se por ventura entrasse mais servidores, acredita que a prefeitura não teria condições de arcar e possivelmente começaria a ter atraso nas folhas. Continua sua fala dizendo que a queda de receita está sendo constante, e que hoje o valor que se paga a um servidor concursado é de 3 a 4 vezes maior que se paga a um servidor contratado, por isso que é quase impossível se fazer um concurso, sem que tenha a garantia de uma receita em crescimento. Alerta aos demais conselheiros que é muito grande o número de pedidos de afastamento e de readaptação, principalmente dos servidores da Educação, onde em sua maioria são de professores, fazendo com que a folha fica cada vez maior, pois esses servidores que estão afastados



ou readaptados continuam recebendo seus vencimentos por completo, e a prefeitura tem um custo de pagar outro profissional, por meio de contrato para assumir essa vaga que está em aberto. O Sr. Evandro Freitas pede a palavra e diz que tudo na vida devemos ter um planejamento, que desde a esfera nacional, estadual e município observa os gestores não tem planejamento, e que não escolherem as prioridades de trabalho, o que deve se pagar primeiro e assim por diante. O Gerente Administrativo e Financeiro, Paulo Araújo, diz que os Conselhos precisam atuar como devem ser, de órgãos fiscalizadores, pois todos os meses se fazem reuniões, é explanado a situação da previdência, mas as conversas ficam dentre as 4 paredes da sala de reuniões, não se avança nas discursões. O Sr. Evandro pede novamente a palavra e diz que 5 (cinco) anos é muito tempo para um parcelamento, que o dinheiro da previdência está indo embora, que se colocar a inflação daqui a 5 anos, o que foi parcelado hoje, não vale mais nada, afirma ainda, que os conselhos devem fazer um ofício para o gestor e mostrar toda essa situação. A Sra. Francisca Aparecida diz que a solução futura é um realizar um grande planejamento, mas que devemos pensar no agora, que sabe que algumas coisas não estão sendo pagas por falta de recursos, mas que devemos conversar para saber quanto a prefeitura pode pagar mensalmente para se melhorar a situação, para tentar pagar pelo menos metade, ou pelo menos o valor que dê para pagar a folha dos inativos, para que os recursos que hoje estão aplicados não sejam retirados e continuem aplicado e rendendo. O Diretor-presidente diz que um dos grandes problemas que o IPREVSAPP enfrenta é o Compreprev, que nada mais é, do que as contribuições que os inativos pagavam ao INSS, antes de existir previdência, diz que hoje, pelos cálculos, o Instituto teria para receber mais de 20 milhões, só que ainda estamos na fase de homologação dos processos de aposentadoria por parte do TCE-RN, para depois darmos entrada nesse pedido para recebimento destes valores. A Sra. Francisca Aparecida faz um alerta aos conselheiros, de que os conselhos são soberanos então cabe aos conselheiros irem em busca das melhorias para o Instituto, junto a sua diretoria. Encerrado as explanações e discursões sobre a conta 30020-9, o Gerente Administrativo e Financeiro, apresentou as receitas e despesas da taxa administrativa, onde no mês de julho teve um gasto de R\$ 23.891,26 e um investimento de R\$ 29.373,52, totalizando um valor investido de R\$ 188.367,62. O Conselheiro Rafael Batista, perguntou se esse valor investido da taxa administrativa está dentro do valor montante que está investido na conta 30020-9. O Sr. Paulo Araújo, informou que não, esse valor é investido na conta da taxa administrativa e só poderá ser gasto com despesas administrativa. Porém, caso a crise se agravar no Instituto, esse valor poderá ser repassado para conta principal para ajudar nas despesas com a folha dos inativos e pensionistas.



ORDEM DO DIA II:

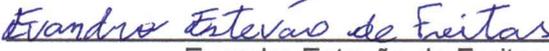
- **DEMAIS ASSUNTOS;**

Superado a primeira pauta, passou-se para a segunda pauta que de forma mais amplas os conselheiros debateram diversos assuntos, dentre eles a possibilidade de se convocar o gestor e representantes da equipe econômica da prefeitura para debater sobre essa problemática dos repasses. A Sra. Francisca Aparecida sugeriu que fosse marcada uma reunião com o jurídico e contábil da previdência para que todos possam ter capilaridade para o debate com os representantes do poder executivo. Os demais conselhos concordaram, e ficou decidido que os Srs. Evandro e Rafael irá nos próximos dias procurar a diretoria da previdência para formalizar um ofício para entregar na Prefeitura marcando a data da reunião. O Sr. Rafael Batista solicitou que a diretoria providenciasse uma reunião remota com a Assessoria Jurídica e Contábil do Instituto antes da oficialização do ofício para a prefeitura. O Sr. Paulo Araújo pediu a palavra, para comentar sobre o relatório da auditoria, que foi entregue via e-mail a previdência no dia 24 de julho, e que em resumo, o auditor verificou que em 2019 e 2020, o limite de despesas administrativas, não houve obediência ao limite legal permitido (2%), tendo essas despesas alcançado respectivamente os patamares de 2,32% e 2,54% do total de remunerações do exercício imediatamente anterior. Tal fato deu ensejo à utilização indevida de recursos previdenciários nos valores de **R\$ 40.653,80** para 2019 e **R\$ 79.929,49** para 2020, o que mostra esses recursos foram retirados de forma indevida da conta principal, que é a conta que paga os benefícios previdenciários. O Sr. Paulo Araújo diz ainda, que caso no planejamento a diretoria da previdência veja que o recurso administrativo que será usado ao longo do ano não seja o suficiente, deverá ser solicitado ao Poder Executivo aportes e/ou transferências financeiras para suprir esses gastos, não podendo de forma alguma serem retirados dos recursos destinados aos inativos e pensionistas e que diante desses elementos verificados pelo auditor, ele concluiu que o Município de São Paulo do Potengi/RN não se apresenta apto a receber o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, pois não cumpre os critérios e exigências estabelecidos na legislação federal que disciplina a constituição, organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. O Sr. Genilson Oliveira, diz que agora caberá a Prefeitura Municipal recorrer da decisão, mas que com toda certeza, a Prefeitura deverá pagar esse valor a Previdência acrescido de multa, juros e correção monetária. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Evandro Freitas, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, e do que para constar eu, Josefa Josenilde de Oliveira, por convite do Presidente do Conselho Fiscal,



secretariei esta reunião, lavrando a presente ata, que será lida, apreciada e posta a aprovação em pleno deste colegiado.

São Paulo do Potengi-RN, 18 de agosto de 2023.



Evandro Estevão de Freitas
Presidente Conselho Fiscal



Josefa Josenilde de Oliveira
Secretária

DEMAIS CONSELHEIROS PRESENTES NA REUNIÃO:

1. Laura de Fatima Campos de Oliveira 